

EDUCAÇÃO



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

EDUCAÇÃO: A BASE PARA A COMPETITIVIDADE

- *No Brasil, a qualidade insatisfatória da Educação Básica, a reduzida oferta de formação técnica e profissional e o baixo grau de escolaridade da população são barreiras para o crescimento da produtividade.*
- *A formulação e a implementação de políticas educacionais adequadas às novas exigências do mercado e às novas tecnologias são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.*
- *A aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e a nova Lei do Ensino Médio apontam perspectivas favoráveis de mudança, trazendo oportunidades e desafios a serem enfrentados para avançar no desenho de uma nova matriz educacional para o país.*

A educação permanece vulnerável no Brasil. A baixa escolaridade da população brasileira e a reduzida qualidade da educação interferem na capacidade dos trabalhadores de interagirem com as novas tecnologias e métodos de produção, o que produz efeitos negativos sobre a produtividade, a competitividade e o potencial de crescimento.

A universalização da Educação Básica avançou, mas permanecem problemas no Ensino Médio. O Brasil conseguiu praticamente universalizar o acesso ao Ensino Fundamental, alcançando, em 2015, a marca de 97,7% da população de 6 a 14 anos matriculada nesse nível de escolarização. A melhora nas taxas de matrícula, no desempenho dos alunos e no fluxo escolar da etapa fundamental sustentou o aumento da taxa líquida de matrícula do Ensino Médio, que alcançou 62,7% em 2015. Contudo, aproximadamente 1,5 milhão de jovens de 15 a 17 anos, que deveriam estar cursando essa etapa da formação educacional, encontram-se fora da escola.

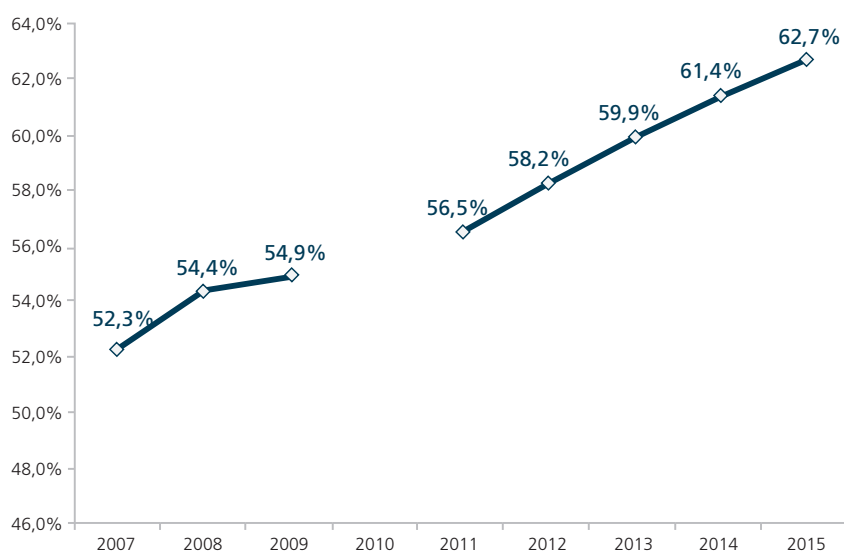
O Brasil tem desafios a enfrentar. Dados da Pnad 2017 indicam que o país tem 6,9 milhões de jovens com idade entre 18 e 24 anos que não trabalham nem estudam. Eles representam 30,1% da população nessa idade. O custo social e econômico dessa marginalização é elevado, pois

um a cada três jovens não está avançando na sua escolaridade e na sua qualificação, o que dificulta a inserção e a permanência no mercado de trabalho.

Outro grande desafio diz respeito à baixa taxa de conclusão da Educação Básica: somente 58,5% dos jovens concluem essa etapa de ensino até os 19 anos de idade. Como consequência, o Brasil mantém um elevado número da sua população adulta que não concluiu o Ensino Médio. São mais de 70 milhões de pessoas que precisam recorrer à Educação de Jovens e Adultos (EJA) para finalizar o processo de escolarização. Ainda assim, as matrículas na EJA sofreram queda de quase 40% nos últimos 10 anos, sendo que, em 2017, foram apenas 3,6 milhões: cerca de 2,2 milhões no Ensino Fundamental, 1,4 milhão no Ensino Médio e apenas 54 mil na Educação Profissional.

Apenas 11,1% dos alunos do Ensino Médio cursam Educação Profissional. Nos países mais desenvolvidos, mais da metade dos jovens do ensino secundário cursa algum tipo de Educação Profissional, denominada Educação Vocacional. Na Áustria e na Finlândia, o percentual de jovens que cursam trilhas vocacionais era cerca de 70% em 2015 e, em países como Alemanha, Dinamarca, França e Portugal, essa participação excedia os 40%.

PERCENTUAL DE JOVENS DE 15 A 17 ANOS MATRICULADOS NA ESCOLA - TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULA, 2007-2015



Fonte: Observatório do PNE, 2017.

Nota: Em 2010, o IBGE não realizou a Pnad em função da realização do Censo Demográfico.



Embora essa questão tenha sido objeto da Lei 13.415/2017, que reforma o Ensino Médio, persistem desafios, associados não apenas à necessidade de adequação dos currículos e das estratégias de aprendizado, mas também à falta de estrutura e de recursos para a transformação das redes de ensino.

No Brasil, somente 15% da população entre 25 e 64 anos têm o Ensino Superior completo, ao passo que, nos países da OCDE, esse percentual alcança 37%. Além do limitado acesso à universidade, o Brasil apresenta outro importante gargalo relacionado à Educação Superior: estima-se que cerca de 64% dos diplomas universitários sejam provenientes das áreas de ciências humanas e sociais e apenas 16% das áreas de STEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática). Nos países da OCDE, cerca de um em cada quatro diplomas provém das áreas de STEM, o que reflete um esforço constante de promoção desses cursos.

Principais recomendações

- 1 Revisar a **estrutura curricular** e as **metodologias de ensino**.
- 2 Rever a Política Nacional de **Formação de Professores**, valorizar o magistério e a **carreira docente**.
- 3 Atuar sobre a **composição da oferta de vagas**, com foco na Educação Profissional e na adequação da oferta de Educação Profissional e Superior às demandas de médio e longo prazos do setor produtivo.
- 4 Revisar as políticas de **financiamento**, de **gestão escolar** e implantar sistema de **avaliação** da Educação Profissional.
- 5 Criar condições para **implantar a nova Lei do Ensino Médio** e revisar **marcos regulatórios**, a exemplo da aprendizagem profissional.
- 6 Priorizar a **educação para a inclusão socioproductiva**, por meio da melhoria e de novo foco para a Educação de Jovens e Adultos.



Acesse a versão completa do documento por meio do QR code ao lado ou em: <http://www.cni.com.br/eleicoes2018/downloads/> Este resumo é parte da série *Propostas da Indústria para as Eleições 2018*, composta por 43 documentos. A série, baseada no *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*, é uma contribuição da CNI para o novo governo e apresenta análises e propostas das prioridades para aumentar a competitividade do Brasil. Qualquer parte desta publicação poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte. Brasília-DF, julho de 2018.



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA